

PLG Soluções em Mobilidade Elétrica S.A.

CNPJ/MF nº 44.140.874/0001-10 - NIRE 35.300.579.976

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da PLG Soluções em Mobilidade Elétrica S.A. ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), nos termos do inciso I, artigo 1º do artigo 124 da Lei 6.404/76, a ser realizada, em primeira convocação, em 23 de setembro de 2025, às 14h, e, em segunda convocação, às 14h30, **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma digital *Microsoft Teams*, a fim de examinar, discutir e deliberar sobre: (i) a alienação de 02 (dois) caminhões de propriedade da Companhia; (ii) a quitação das obrigações junto aos credores da Companhia; e (iii) a paralisação das atividades sociais da Companhia, em razão da ausência de recursos financeiros que viabilizem a sua continuidade. Fica consignado que a AGE contará com a presença dos consultores Ivan Facaldi Vendramine e Artur Ramos, os quais participarão com o objetivo de prestar esclarecimento acerca das razões que motivaram a presente convocação, de modo a subsidiar a tomada de decisões relevantes para a continuidade das atividades da Companhia. São Paulo, 15 de setembro de 2025. Gustavo Denis Centeno Biglia, **Diretor da Companhia**. (16, 17 e 18/09/2025)

Ibitu Energia S.A.

CNPJ/MF nº 31.908.280/0001-64 – NIRE 35.300.527.291

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de junho de 2025

**1. Data, Hora e Local.** Aos 30 dias do mês de junho de 2025, às 10:35 horas, na sede social do **Ibitu Energia S.A.**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 360, 12º andar, parte, Itaim Bibi, CEP 04543-000 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença.** Dispensada as formalidades de convocação, em razão da presença da única acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). **3. Mesa.** Presidente: Ricardo Alberto Oliveira dos Santos; e Secretária: Viviane de Oliveira Soares. **4. Ordem do Dia.** Deliberar sobre: **(i)** o exame, discussão e aprovação do "Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Tupi Energias Renováveis S.A. com Versão da Parcela Cindida para Ibitu Energia S.A.", celebrado pela administração da Companhia e da Tupi Energias Renováveis S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob o nº 59.115.685/0001-64, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 360, 12º andar, parte, Itaim Bibi, CEP 04543-000 ("Protocolo" e "Tupi", respectivamente), anexo à presente ata na forma do **Anexo I**; **(ii)** a ratificação da nomeação e contratação da **Pró-Contaty Contabilidade S/S Ltda.**, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pequetita, 145, conjunto 43, Vila Olímpia, CEP 04552-060, inscrita no CNPJ sob o nº 67.641.449/0001-00 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 2SP-01.6759/0-8 ("Empresa Avaliadora") como responsável pela avaliação da parcela cindida da Tupi e ser incorporada pela Companhia, bem como pela elaboração do laudo de avaliação ("Laudo de Avaliação"); **(iii)** o exame, discussão e aprovação do Laudo de Avaliação; **(iv)** aprovação da cisão parcial da Tupi com a versão da parcela cindida à Companhia, cujo o objeto é composto pelo investimento detido pela Tupi na Ibitu Energias Renováveis S/A ("Ibitu Renováveis"), conforme descrito no Capítulo 7, item 4 do Laudo de Avaliação ("Parcela Cindida" e "Cisão Parcial", respectivamente); **(v)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia e **(vi)** autorização à administração da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações tomadas, incluindo, sem limitação, todos os atos necessários para a formalização da incorporação da Parcela Cindida pela Companhia. **5. Deliberações.** Após exame das matérias constantes da ordem do dia, a única acionista deliberou, sem quaisquer restrições, pela: **(i)** aprovação do Protocolo, elaborado em conformidade com a Lei das S.A., integrando a presente ata como **Anexo I**, sendo certo que, na forma da Lei das S.A., a Companhia sucederá a Tupi exclusivamente com relação às obrigações e aos direitos que compõem a Parcela Cindida; **(ii)** ratificação da nomeação e contratação da Empresa Avaliadora, responsável pela avaliação da Parcela Cindida e pela elaboração do Laudo de Avaliação; **(iii)** aprovação do Laudo de Avaliação, que integra a presente ata na forma do **Anexo A** ao Protocolo, elaborado pela Empresa Avaliadora, a qual avaliou os bens a serem contribuídos ao capital social da Companhia em R\$ 647.725.083,05 (seiscentos e quarenta e sete milhões, setecentos e vinte e cinco mil, oitenta e três reais e cinco centavos), a valor contábil, levantado na data base de 31 de maio de 2025; **(iv)** aprovação da Cisão Parcial, com a consequente versão da Parcela Cindida à Companhia. Considerando que a Tupi é subsidiária integral da Companhia, a incorporação da Parcela Cindida pela Companhia não resultará no aumento do capital social da Companhia; e **(v)** a Consolidação do Estatuto Social da Companhia de acordo com as deliberações das Assembleias Gerais Extraordinárias ocorridas em 20/12/2024, registrada nesta Junta Comercial sob o nº 43.615/25-9 e 11/02/2025, registrada nesta Junta Comercial sob o nº 141.933/25-2, que passará a vigor sob a forma do **Anexo II** que integra esta ata. **(vi)** a autorização à administração da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações tomadas, incluindo, sem limitação, todos os atos necessários para a formalização da incorporação da Parcela Cindida pela Companhia. **6. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos. Os acionistas presentes aprovaram a lavratura da ata na forma de sumário, nos termos do § 1º do Art. 130 da Lei das S.A. Após, a ata foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. **Mesa:** Ricardo Alberto Oliveira dos Santos – Presidente; e Viviane de Oliveira Soares – Secretária. **Acionistas Presentes:** Astra Infraestrutura I – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. São Paulo, 30 de junho de 2025. A presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. **Mesa:** Ricardo Alberto Oliveira dos Santos – Presidente; Viviane de Oliveira Soares – Secretária. **Acionistas:** **Astra Infraestrutura I – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia** Representada por sua Gestora REAG Trust Administradora de Recursos Ltda. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 255.395/25-5 em 23/07/2025. Aloizio E. Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Vivus Agro Defensivos Agrícolas S.A.

CNPJ nº 41.522.040/0001-80 - NIRE 35300616430

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de maio de 2025

**Data, Hora e Local:** Aos 26 dias do mês de maio de 2025, às 09h, na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Elvira Dal Pícolo Degaspari, nº 500, Água Santa, CEP 13413-650, na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo ("Companhia"). **Convocação e Presença:** Presentes todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, os Srs. Heraldo Negri de Oliveira, Ian Erhard Dobreiner e Breno Gurgel do Amaral Jovino Marques, em razão do que fica dispensada a convocação, nos termos do Art. 15, §1º do Estatuto Social da Companhia. **Mesa:** Presidente: Heraldo Negri de Oliveira; Secretário: Breno Gurgel do Amaral Jovino Marques. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a proposta de venda do imóvel denominado "Unidade Uninorte", situado a Rua três, lote 01, quadra C, Loteamento Industrial Uninorte II, bairro Água Santa, Piracicaba/São Paulo, matriculado sob o nº 98.376, ficha 01, do Primeiro Registro de Imóveis e Anexos, da Comarca de Piracicaba, Estado de São Paulo. **Deliberações Tomadas por Unanimidade:** Instalada a Reunião e procedida a leitura da Ordem do Dia, dando início a sua discussão, nos termos do artigo 21, § único, vi, foi aprovada, por unanimidade, sem quaisquer reservas ou ressalvas: **1.** A venda do imóvel denominado "Unidade Uninorte", situado a Rua três, lote 01, quadra C, Loteamento Industrial Uninorte II, bairro Água Santa, Piracicaba/São Paulo, matriculado sob o nº 98.376, ficha 01, do Primeiro Registro de Imóveis e Anexos, da Comarca de Piracicaba, Estado de São Paulo, cujos termos e condições permanecerão arquivados da sede da Companhia. **2.** A autorização da Diretoria da Companhia a adotar todas e quaisquer medidas, praticar os atos e celebrar todos os documentos necessários à formalização das deliberações em contexto. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada e depois lida, aprovada e assinada pelos presentes. São Paulo, 26 de maio de 2025. **Mesa:** Heraldo Negri de Oliveira, Presidente; Breno Gurgel do Amaral Jovino Marques, Secretário. **Conselheiros:** Heraldo Negri de Oliveira, Ian Erhard Dobreiner e Breno Gurgel do Amaral Jovino Marques. JUCESP nº 185.310/25-4 em 13/06/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Vivus Agro Defensivos Agrícolas S.A.

CNPJ nº 41.522.040/0001-80 - NIRE 35300616430

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de agosto de 2025

**1. Data, Hora e Local:** Aos 13º dias do mês de agosto de 2025, às 09 horas, na sede social da Vivus Agro Defensivos Agrícolas S.A. ("Companhia"), na Rua Elvira Dal Pícolo Degaspari, nº 500, Água Santa, CEP 13413-650, Piracicaba/SP. **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, diante da presença de acionistas representando a totalidade do capital social votante da Companhia, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), conforme assinaturas constantes ao final da presente ata. **3. Composição da Mesa:** Presidente: Heraldo Negri de Oliveira e Secretário: Renato da Silva Marques. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a alteração do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, a fim de incluir atividades compatíveis com os novos CNAEs a serem registrados, relativas à prestação de serviços de pulverização e controle de pragas agrícolas, bem como a realização de atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente. **5. Deliberações:** Após exame e discussão da matéria, os acionistas, por unanimidade e sem quaisquer restrições ou ressalvas, deliberaram aprovar a alteração do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: **Artigo 2º – Objeto Social** A Companhia tem por objeto social a criação e comercialização de artrópodes, bioquímicos, feromônios sexuais, atraentes alimentares para insetos e acessórios para controle biológico de pragas e doenças da agricultura; o comércio de armadilhas para insetos; a importação e exportação de produtos agrotóxicos, seus componentes e afins para uso na agricultura; a prestação de serviços de pulverização e controle de pragas agrícolas; e a realização de atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente. **5.1** Autorizar a administração da Companhia a praticar todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações tomadas nesta Assembleia Geral Extraordinária. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que, após lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **Mesa:** Heraldo Negri de Oliveira – Presidente e Renato da Silva Marques – Secretário. **Acionistas Presentes:** Heraldo Negri de Oliveira, Ian Erhard Dobreiner, Diogo Rodrigues de Carvalho e Companhia Nitro Química Brasileira. JUCESP nº 310.657/25-8 em 09/09/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Morro Holding S.A.

CNPJ nº 56.177.741/0001-05 - NIRE 35.300.643.60-7

Extrato da Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de setembro de 2025

*(lavrada na forma de extrato, na forma do parágrafo 1º do art. 130 da Lei 6.404/76)*

**1. Data, Horário e Local:** em 05 de setembro de 2025, às 09h30min, realizada de modo exclusivamente digital, por meio do sistema eletrônico *Microsoft Teams*, nos termos do art. 121, parágrafo único, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das S.A.**"; Anexo V, Seção VIII, da Instrução Normativa DREI nº 81/2020 e, ainda, nos termos do Estatuto Social da Morro Holding S.A. ("**Companhia**"), a qual será considerada como realizada, para todos os efeitos, na sede da Companhia, na Rua Bandeira Paulista, nº 600, Conjunto 41, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04532-001. **2. Convocação e Presença:** Convocação dispensada, na forma do § 4º, do art. 124, da Lei das S.A., em razão do comparecimento dos acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social, conforme assinaturas apostas no Livro de Presenças. **3. Composição da Mesa:** Presidente: Daniel Gonçalves Sena; e Secretário: Rodolfo Larizza Marianno. **4. Ordem do Dia:** examinar, discutir e deliberar sobre, nos termos do estatuto social da Companhia: **(i)** a aprovação da celebração pela **GNR Lara Espírito Santo S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Cidade de Vila Velha, Espírito Santo, Estrada Ayrton Senna da Silva, Km 11, Jabaeté, CEP: 29.126-705, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 21.544.445/0001-02 ("**Emitente**") do "*Termo de Emissão da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, sob Rito de Registro Automático, da GNR Lara Espírito Santo S.A.*", a ser celebrado entre a Emitente, a Gasbio Lara CTRVV Participações Ltda. ("**Lara**"), o MDC I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("**MDC I FIP**"), a Ecometano Empreendimentos S.A. ("**Ecometano**"), a MDCPAR S.A. ("**MDCPAR**", e em conjunto com a Lara, o MDC I FIP, a Ecometano e a Companhia, os "**Garantidores**") e a Companhia, na qualidade de fadoras, e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("**Agente Fiduciário**"), na qualidade de representante dos Titulares das Notas Comerciais (conforme definido abaixo) ("**Termo de Emissão**"), em relação à 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais, com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única da Emitente, no valor total de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido no Termo de Emissão) ("**Notas Comerciais**" e "**Emissão**", respectivamente), com o vencimento de 12 (doze) meses após a Data de Emissão, e os seus respectivos termos e condições, de acordo com os artigos 45 e seguintes da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, conforme alterada, e da oferta pública de distribuição das Notas Comerciais, sob o rito de registro automático e destinada exclusivamente a investidores profissionais, em regime de garantia firme de colocação, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("**Oferta**"; **(ii)** a aprovação da outorga, pela Emitente, de alienação fiduciária, em benefício dos titulares das Notas Comerciais da Emissão ("**Titulares das Notas Comerciais**", de determinadas máquinas e equipamentos de sua titularidade ("**Alienação Fiduciária de Equipamentos**"), nos termos do "*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Equipamentos em Garantia e Outras Avencas*", a ser celebrado entre a Emitente e o Agente Fiduciário ("**Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos**"; **(iii)** a aprovação da outorga, pela Emitente, de cessão fiduciária, em benefício dos titulares das Notas Comerciais, de direitos creditórios principais e acessórios, presentes e futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes à certos contratos e seguros da Emitente ("**Cessão Fiduciária**"), nos termos do "*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avencas*", a ser celebrado entre a Emitente e o Agente Fiduciário ("**Contrato de Cessão Fiduciária**"; **(iv)** a aprovação da assinatura, pela Emitente, do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (conforme definido abaixo) e do Contrato de Compromisso de Aporte (conforme definido abaixo), na qualidade de interveniente anuente; **(v)** a aprovação da outorga, pela Companhia, de garantia fidejussória, limitada a sua participação no capital social da Emitente ("**Garantia Fidejussória**"), em benefício dos Titulares das Notas Comerciais, por meio da celebração do Termo de Emissão; **(vi)** a outorga, pela Companhia de alienação fiduciária, **(a)** da totalidade das ações, subscritas e integralizadas, subscritas e não integralizadas, atuais e futuras, de emissão da Emitente e de titularidade da Companhia; e **(b)** dos dividendos, lucros, frutos, rendimentos, bonificações, direitos econômicos, juros sobre capital próprio, distribuições e demais valores efetivamente recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos em favor da Companhia em razão da titularidade de ações de emissão da Emitente, conforme aplicável (em conjunto, a "**Alienação Fiduciária de Ações**" e, em conjunto com a Alienação Fiduciária de Equipamentos e a Cessão Fiduciária, as "**Garantias Reais**"), nos termos do "*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avencas*", a ser celebrado entre a Companhia, a Lara e o Agente Fiduciário, com intervenção e anuência da Emitente ("**Contrato de Alienação Fiduciária de Ações**" e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos e o Contrato de Cessão Fiduciária, os "**Contratos de Garantia**"; **(vii)** celebração, pela Companhia, do "*Instrumento Particular de Compromisso de Aporte de Capital e Outras Avencas*" a ser celebrado entre a Companhia, a Lara, a CTRVV – Central de Tratamento de Resíduos Vila Velha Ltda., a MDCPAR, a Ecometano, o MDC I FIP, o Agente Fiduciário e a Emitente ("**Contrato de Compromisso de Aporte**"), por meio do qual serão estabelecidas obrigações de aporte até a liquidação integral das Notas Comerciais ("**Compromisso de Aporte**"; **(viii)** a autorização à Diretoria da Companhia e/ou aos demais representantes legais da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação e à formalização das deliberações previstas nos itens (i) a (vii) acima, incluindo a negociação e a celebração do Termo de Emissão e dos demais instrumentos referentes à Emissão, à Oferta, à Garantia Fidejussória, às Garantias Reais e ao Compromisso de Aporte, incluindo, sem limitação, o "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública pelo Rito de Registro Automático, sob o Regime de Garantia Firme, de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, da 1ª (Primeira) Emissão da GNR Lara Espírito Santo S.A.*", a ser celebrado entre a Emitente, os Garantidores e determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("**Contrato de Distribuição**" e, em conjunto com o Termo de Emissão, os Contratos de Garantia e o Contrato de Compromisso de Aporte, os "**Documentos da Transação**") e os demais Documentos da Transação, bem como eventuais aditamentos a tais instrumentos e quaisquer outros documentos que se façam necessários no âmbito da Emissão e da Oferta (incluindo, sem limitação, procurações); e **(ix)** a ratificação de todos os demais atos já praticados pela diretoria da Companhia e/ou pelos demais representantes legais da Companhia relacionados à Emissão, à Oferta, à Garantia Fidejussória, às Garantias Reais e ao Compromisso de Aporte, incluindo aqueles praticados para a implementação das deliberações referidas nos itens (i) a (viii) acima. **5. Deliberações:** Dando início às deliberações, por unanimidade, foi (a) dispensada a leitura dos documentos referidos no artigo 133 da Lei das S.A.; e (b) aprovada a lavratura desta ata em forma de sumário, bem como sua publicação com omissão das assinaturas, nos termos do Artigo 130, §§ 1º e 2º, da Lei das S.A. Em seguida, após exame e discussão das demais matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas presentes tomaram as seguintes deliberações: **5.1.** Aprovar a celebração do Termo de Emissão, pela Emitente, bem como a autorização para a Companhia votar em assembleia geral extraordinária da Emitente que deliberar em relação à aprovação da Emissão e à Oferta; **5.2.** Aprovar a outorga da Alienação Fiduciária de Equipamentos, pela Emitente, em benefício dos Titulares das Notas Comerciais, e a celebração, pela Emitente, do Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos, bem como a autorização para a Companhia votar em assembleia geral extraordinária da Emitente que deliberar em relação à aprovação da Alienação Fiduciária de Equipamentos; **5.3.** Aprovar a outorga da Cessão Fiduciária, pela Emitente, em benefício dos Titulares das Notas Comerciais, e a celebração, pela Emitente, do Contrato de Cessão Fiduciária, bem como a autorização para a Companhia votar em assembleia geral extraordinária da Emitente que deliberar em relação à aprovação da Cessão Fiduciária; **5.4.** Aprovar a assinatura, pela Emitente, do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e do Contrato de Compromisso de Aporte, bem como a autorização para a Companhia votar em assembleia geral extraordinária da Emitente que deliberar em relação à assinatura do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e do Contrato de Compromisso de Aporte; **5.5.** Autorizar a outorga, pela Companhia, da Garantia Fidejussória; **5.6.** Autorizar a outorga, pela Companhia, nos termos do Termo de Emissão, da Alienação Fiduciária de Ações e a assinatura, pela Companhia, do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; **5.7.** Autorizar a celebração pela Companhia, do Contrato de Compromisso de Aporte, por meio do qual será estabelecido o Compromisso de Aporte; **5.8.** Autorizar a Diretoria da Companhia e/ou os demais representantes legais da Companhia a praticarem todos os atos necessários à efetivação e à formalização das deliberações previstas nos itens 5.1 a 5.7 acima, incluindo a negociação e a celebração do Termo de Emissão e dos demais instrumentos referentes à Emissão, à Oferta, à Garantia Fidejussória, às Garantias Reais e ao Compromisso de Aporte, incluindo, sem limitação, o Contrato de Distribuição e os demais Documentos da Transação, bem como eventuais aditamentos a tais instrumentos e quaisquer outros documentos que se façam necessários no âmbito da Emissão e da Oferta (incluindo, sem limitação, procurações); e **5.9.** Ratificar todos os demais atos já praticados pela diretoria da Companhia e/ou pelos demais representantes legais da Companhia relacionados à Emissão, à Oferta, à Garantia Fidejussória, às Garantias Reais e ao Compromisso de Aporte, incluindo aqueles praticados para a implementação das deliberações referidas nos itens 5.1 a 5.8 acima. **6. Encerramento e Assinaturas:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, tendo-se lavrado a presente Ata que é assinada pelo Presidente da Mesa, pelo Secretário da Mesa e por todos os acionistas. O Presidente e o Secretário da Mesa declaram terem sido atendidos todos os requisitos exigidos pela IN DREI 81/2020. A presente ata foi assinada por meio eletrônico, nos termos do §2º do artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001, reconhecendo seus signatários a autenticidade, integridade e validade jurídica deste ato por todos assinado por intermédio de referida plataforma. **Mesa:** Presidente: Daniel Gonçalves Sena; e Secretário: Rodolfo Larizza Marianno. **Acionistas:** MDC I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (representado pela G5 Administradora de Recursos Ltda.) e Ecometano Empreendimentos S.A. *Confere com a original lavrada em livro próprio.* São Paulo, 05 de setembro de 2025. JUCESP nº 336.326/25-7 em 11/09/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Soilmec do Brasil S/A.

CNPJ/MF nº 11.481.704/0001-40 – NIRE 35.300.374.975

Edital de Convocação

Ficam convocados os acionistas da **Soilmec do Brasil S/A** ("Companhia") para se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**, a ser realizada em 23 de setembro de 2025, às 10:00h, na sede social da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Av. Marques de São Vicente, nº 2219, Torre Corporate, 3º andar, Sala 03-129C, Água Branca, CEP: 05036-040, a fim de deliberarem sobre a seguinte **ordem do dia**: **1.** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais de 2019 a 2024; **2.** Ratificar os atos praticados pela administração no período; **3.** Tomar ciência da renúncia apresentada pela Sra. Cristiane Martins de Souza ao cargo de Diretora Presidente da Companhia e deliberar sobre a eleição de novo Diretor Presidente; **4.** Deliberar sobre a prorrogação do prazo de mandato do Diretor Sr. Uélson Gomes Monteiro; **5.** Deliberar sobre a abertura de filial da Companhia na Cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Alvim Teixeira Aguiar, nº 435, Bairro Éden, CEP 18.047-075. São Paulo, 15 de setembro de 2025. *A Diretoria.* (15, 16 e 17/09/2025)



Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2  
de 24/08/2001 Confira ao  
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/09/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade\_legal**





Terras Dourados Empreendimentos Imobiliários SPE S/A.					
CNPJ/MF nº 17.233.012/0001-69					
Balanco Patrimonial encerrado em 31 de dezembro 2024 e 2023 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)					
	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativo</b>			<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e Equivalentes de Caixa	382,61	382,61	Obrigações Tributárias	191.564,26	528.610,65
Contas a Receber de Clientes	498.535,44	611.521,69	Outras Contas a Pagar	94.295,36	94.295,36
(-) Provisão p/ Dev. Duvidosos	(174.532,66)	(198.557,16)	<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>285.859,62</b>	<b>622.906,01</b>
Estoques	17.398.879,09	17.712.820,70	<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Outros Créditos	167.031,23	152.199,88	<b>Patrimônio Líquido</b>		
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>17.890.295,71</b>	<b>18.278.367,72</b>	Capital Social	201.000,00	201.000,00
<b>Não Circulante</b>			Reserva de Legal	40.200,00	40.200,00
<b>Realizável a Longo Prazo</b>			Reserva de Capital	15.000.000,00	15.000.000,00
Investimentos	800,00	800,00	Reserva de Lucros	2.364.036,09	2.415.061,71
<b>Total do Realizável a Longo Prazo</b>	<b>800,00</b>	<b>800,00</b>	<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>17.605.236,09</b>	<b>17.656.261,71</b>
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	<b>800,00</b>	<b>800,00</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>17.891.095,71</b>	<b>18.279.167,72</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>17.891.095,71</b>	<b>18.279.167,72</b>			
Demonstração do Resultado dos Exercícios Encerrados em 31 de dezembro 2024 e 2023 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)					
	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>133.340</b>	<b>363.395</b>	<b>Resultado antes das Despesas e</b>		
(-) Distratos/Devolução de vendas realizadas	47.478	-	<b>Receitas Financeiras</b>	<b>(51.816)</b>	<b>137.214</b>
(-) Deduções da Receita Bruta – Tributos s/ Vendas	(1.228)	(13.264)	Resultado Financeiro	1.557	(1.358)
(-) Custos dos Produtos Vendidos	(58.820)	(94.483)	<b>Prejuízo Antes do Imposto de Renda e</b>		
<b>Resultado Bruto</b>	<b>120.770</b>	<b>255.648</b>	<b>Contribuição Social</b>	<b>(50.259)</b>	<b>135.856</b>
Despesas Operacionais			Provisão para o Imposto de Renda e		
Gerais e Administrativas	(163.402)	(115.894)	Contribuição Social	(767)	(8.285)
Tributárias	(9.184)	(2.540)	<b>Prejuízo Líquido do Exercício</b>	<b>(51.026)</b>	<b>127.571</b>
<b>Total das Despesas Operacionais</b>	<b>(172.586)</b>	<b>(118.434)</b>	<b>(Prejuízo) Ganho Líquido Básico por Ação</b>	<b>(0,002)</b>	<b>0,004</b>
Notas Explicativas – Exercício 2024					
<b>1. Contexto Operacional</b> – A empresa <b>Terras Dourados Empreendimentos Imobiliários SPE S/A.</b> , é uma Sociedade Anônima Fechada constituída em 09 de novembro de 2012 com objeto social específico de planejamento, promoção e implantação de empreendimento imobiliário, seja na modalidade de loteamento ou de condomínio, sob o regime de Incorporação Imobiliária em áreas de sua propriedade e/ou de terceiros, localizadas no Município de Dourados-MS. O prazo de duração da Companhia é determinado, até a consecução do seu objeto social, assim considerado como o registro do loteamento ou incorporação imobiliária dos Imóveis, conforme o caso, e, implantação do empreendimento, alienação da totalidade dos seus lotes ou unidades autônomas, conforme o caso, e o recebimento			integral dos valores da venda dos lotes do empreendimento. <b>2. Apresentação das Demonstrações Contábeis</b> – As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas nas Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09 com base nas disposições da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes.		
<b>Lidio Guerra</b> – Diretor			<b>Denis Cristiano Kim</b> – Contador CRC-SP 1SP 226.726/09		

Autonomy Cajamar Logística S.A.	
CNPJ/MF nº 09.687.362/0001-77 - NIRE 35.300.601.653	
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de abril de 2025	
<b>1. Data, Hora e Local:</b> Realizada em 04 (quatro) de abril de 2025, às 10h00 horas, na sede social da <b>Autonomy Cajamar Logística S.A.</b> , localizada na cidade de Cajamar, Estado de São Paulo, na Rodovia Edgard Maximo Zamboto, s/nº, Lote M1C, bairro Altos de Jordanésia, CEP 07.786-650 (“ <b>Companhia</b> ”). <b>2. Convocação:</b> Dispensada a convocação em vista do comparecimento dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº. 6.404/1976 (“ <b>Lei das S.A.</b> ”) e do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia.	
<b>3. Presença:</b> Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. <b>4. Mesa:</b> Nos termos do artigo 128 da Lei das S.A. e do artigo 9º, parágrafo 3º do Estatuto Social da Companhia, foi designado para presidir a reunião a Sra. Juliana Soares Volpi, quem convidou a mim, Sr. Oswaldo Takemiya, na qualidade de secretário. <b>5. Ordem do Dia:</b> Aberta a sessão, declarou a Sra. Presidente que, naquela reunião, seriam apreciadas e votadas as seguintes matérias: <b>(a)</b> o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 1.331.730,00 (um milhão, trezentos e trinta e um mil, setecentos e trinta reais), mediante a emissão de 1.331.730 (um milhão trezentos e trinta e um mil, setecentos e trinta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; <b>(b)</b> caso as matérias anteriores sejam aprovadas, deliberar sobre a alteração e consolidação do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; e <b>(c)</b> autorizar os administradores da Companhia a adotar as providências necessárias para implementação do quanto deliberado pelos acionistas da Companhia. <b>6. Deliberações:</b> Após a instalação da assembleia, os acionistas, por unanimidade e sem quaisquer reservas ou ressalvas, decidem inicialmente pela elaboração da presente ata em forma de sumário, nos termos do §1º do artigo 130 da Lei das S.A. Após a instalação da assembleia extraordinária, discussão e deliberação das matérias constantes da ordem do dia, todos os acionistas presentes decidiram e aprovaram, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas, restrições e/ou condições, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, o seguinte: <b>(a)</b> considerando que mais de ¾ (três quartos) do capital social da Companhia subscrito está integralizado, aumentar o capital social da Companhia, dos atuais R\$ 84.112.810,00 (oitenta e quatro milhões, cento e doze mil, oitocentos e dez reais), totalmente subscrito e integralizado, para R\$ 85.444.540,00 (oitenta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e quarenta reais), um aumento efetivo, portanto, de R\$ 1.331.730,00 (um milhão, trezentos e trinta e um mil, setecentos e trinta reais), mediante a emissão de 1.331.730 (um milhão, trezentos e trinta e uma, setecentas e trinta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, fixado com base no artigo 170, §1º da Lei das S.A., totalmente subscritas e devidamente integralizadas, conforme os boletins de subscrição anexos à presente ata como Anexos I e II; O acionista <b>Robert Charles Gibbins</b> , neste ato, renuncia ao direito de preferência na subscrição das ações preferenciais ora subscritas, nos termos do artigo 171, §2º da Lei das S.A. <b>(b)</b> considerando a aprovação da matéria constante do item “(a)” acima, o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte nova redação: “ <b>Capítulo III. Capital Social e Ações. Artigo 5º.</b> O capital social da Companhia é R\$ 85.444.540,00 (oitenta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e quarenta reais), dividido em 85.444.540 (oitenta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, quinhentas e quarenta) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. <b>Parágrafo Único.</b> Cada ação ordinária confere ao seu titular direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral, observado as provisões do Artigo 6º abaixo, e deverá conferir ao seu titular o direito de receber dividendos e lucros pro rata à participação de cada acionista.” Adicionalmente, os acionistas aprovam a consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a vigorar na forma do Anexo III. <b>(c)</b> autorizar os administradores da Companhia a executarem todas as medidas necessárias para a implementação das matérias ora aprovadas pelos acionistas. <b>7. Encerramento:</b> Nada mais havendo a se tratar, a Sra. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata no livro próprio, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os acionistas presentes à Assembleia Geral Extraordinária. <b>8. Assinaturas: Presidente da Mesa:</b> Juliana Soares Volpi. <b>Secretário:</b> Oswaldo Takemiya. <b>Acionistas:</b> representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas e ata original em livro próprio. Cajamar/SP, 04 de abril de 2025. <b>Mesa:</b> Juliana Soares Volpi, Presidente; Oswaldo Takemiya, Secretário. <b>Acionistas:</b> Roberto Miranda de Lima, p. Mauro Cesar Leschziner; Robert Charles Gibbins. Cajamar Log Holding Sàrl, p. Mauro Cesar Leschziner.	

Autonomy Cajamar Logística S.A.	
CNPJ/MF nº 09.687.362/0001-77 - NIRE 35.300.601.653	
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de fevereiro de 2025	
<b>1. Data, Hora e Local:</b> Realizada em 10 (dez) de fevereiro de 2025, às 10h00 horas, na sede social da <b>Autonomy Cajamar Logística S.A.</b> , localizada na cidade de Cajamar, Estado de São Paulo, na Rodovia Edgard Maximo Zamboto, s/nº, Lote M1C, bairro Altos de Jordanésia, CEP 07.786-650 (“ <b>Companhia</b> ”). <b>2. Convocação:</b> Dispensada a convocação em vista do comparecimento dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº. 6.404/1976 (“ <b>Lei das S.A.</b> ”) e do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia.	
<b>3. Presença:</b> Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. <b>4. Mesa:</b> Nos termos do artigo 128 da Lei das S.A. e do artigo 9º, parágrafo 3º do Estatuto Social da Companhia, foi designado para presidir a reunião a Sra. Juliana Soares Volpi, quem convidou a mim, Sr. Oswaldo Takemiya, na qualidade de secretário. <b>5. Ordem do Dia:</b> Aberta a sessão, declarou a Sra. Presidente que, naquela reunião, seriam apreciadas e votadas as seguintes matérias: <b>(a)</b> o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 403.864,00 (quatrocentos e três mil, oitocentos e sessenta e quatro reais), mediante a emissão de 403.864 (quatrocentos e três mil, oitocentas e sessenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; <b>(b)</b> caso as matérias anteriores sejam aprovadas, deliberar sobre a alteração e consolidação do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; e <b>(c)</b> autorizar os administradores da Companhia a adotar as providências necessárias para implementação do quanto deliberado pelos acionistas da Companhia. <b>6. Deliberações:</b> Após a instalação da assembleia, os acionistas, por unanimidade e sem quaisquer reservas ou ressalvas, decidem inicialmente pela elaboração da presente ata em forma de sumário, nos termos do §1º do artigo 130 da Lei das S.A. Após a instalação da assembleia extraordinária, discussão e deliberação das matérias constantes da ordem do dia, todos os acionistas presentes decidiram e aprovaram, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas, restrições e/ou condições, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, o seguinte: <b>(a)</b> considerando que mais de ¾ (três quartos) do capital social da Companhia subscrito está integralizado, aumentar o capital social da Companhia, dos atuais R\$ 83.708.946,00 (oitenta e três milhões, setecentos e oito mil, novecentos e quarenta e seis reais), totalmente subscrito e integralizado, para R\$ 84.112.810,00 (oitenta e quatro milhões, cento e doze mil, oitocentos e dez reais), um aumento efetivo, portanto, de R\$ 403.864,00 (quatrocentos e três mil, oitocentos e sessenta e quatro reais), mediante a emissão de 403.864 (quatrocentos e três mil, oitocentas e sessenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, fixado com base no artigo 170, §1º da Lei das S.A., totalmente subscritas e devidamente integralizadas, conforme os boletins de subscrição anexos à presente ata como Anexos I e II; O acionista <b>Robert Charles Gibbins</b> , neste ato, renuncia ao direito de preferência na subscrição das ações preferenciais ora subscritas, nos termos do artigo 171, §2º da Lei das S.A. <b>(b)</b> considerando a aprovação da matéria constante do item “(a)” acima, o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte nova redação: “ <b>Capítulo III. Capital Social e Ações. Artigo 5º.</b> O capital social da Companhia é R\$ 84.112.810,00 (oitenta e quatro milhões, cento e doze mil, oitocentos e dez reais), dividido em 84.112.810 (oitenta e quatro milhões, cento e doze mil, oitocentas e dez) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. <b>Parágrafo Único.</b> Cada ação ordinária confere ao seu titular direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral, observado as provisões do Artigo 6º abaixo, e deverá conferir ao seu titular o direito de receber dividendos e lucros pro rata à participação de cada acionista.” Adicionalmente, os acionistas aprovam a consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a vigorar na forma do Anexo III. <b>(c)</b> autorizar os administradores da Companhia a executarem todas as medidas necessárias para a implementação das matérias ora aprovadas pelos acionistas. <b>7. Encerramento:</b> Nada mais havendo a se tratar, a Sra. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata no livro próprio, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os acionistas presentes à Assembleia Geral Extraordinária. <b>8. Assinaturas: Presidente da Mesa:</b> Juliana Soares Volpi. <b>Secretário:</b> Oswaldo Takemiya. <b>Acionistas:</b> representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas e ata original em livro próprio. Cajamar/SP, 10 de fevereiro de 2025. <b>Mesa:</b> Juliana Soares Volpi, Presidente; Oswaldo Takemiya, Secretário. <b>Acionistas:</b> Roberto Miranda de Lima, p. Mauro Cesar Leschziner; Robert Charles Gibbins. Cajamar Log Holding Sàrl, p. Mauro Cesar Leschziner.	

Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2  
de 24/08/2001 Confira ao  
lado a autenticidade



ICP Brasil

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/09/2025

Acesse a página de Publicações Legais no site do  
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera  
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:  
www.datamercantil.com.br/publicidade\_legal

